



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



RELATÓRIO

DE

GESTÃO DE 2008

Diretor-Presidente
Renato da Silveira Martini

Diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA
Maurício Augusto Coelho



Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN
Pedro Paulo Lemos Machado

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Administração
Cristiano Pinto Cunha

Procurador Chefe
André Pinto Garcia

Sumário

1. Apresentação e Identificação da Unidade.....	05
2. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração.....	07
3. Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto	19
4. Projeto Casa Brasil.....	20
5. Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA	21
6. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN	25



7. Conclusão	31
8. Declaração do Contador	33

1. Apresentação e Identificação da Unidade

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (www.iti.gov.br) é uma Autarquia Federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, criada por intermédio do art. 12, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003.

Sua competência principal é ser a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - **AC-Raiz da ICP-Brasil**. Além da Certificação Digital, o ITI atua também nos segmentos de Software Livre e Inclusão Digital, e participa do Comitê de meios de acesso do Programa E-ping - Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico.

Certificação Digital

A ICP-Brasil foi criada com o objetivo de regulamentar a utilização de Certificação Digital no país. Compete ao ITI executar as políticas de certificação e as normas



técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria das entidades que compõem a ICP-Brasil, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade deposita nessa infra-estrutura.

Em 2008, com a edição do Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, o modelo de governança do Comitê Gestor da ICP-Brasil sofreu alterações, trazendo como novidade a atribuição ao ITI do papel de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Nesse sentido, desde então, o ITI organizou e realizou três reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a saber, em 30 de outubro, 19 de novembro e 16 de dezembro de 2008.

Ao longo de 2008 o ITI continuou seu trabalho de popularização do uso de certificados digitais ICP-Brasil no país, mediante a ampliação da infra-estrutura propriamente dita, do fomento e apoio ao desenvolvimento de novos projetos e aplicações envolvendo certificação digital ICP-Brasil e da realização e/ou participação de eventos promocionais da tecnologia.

Quanto ao último ponto mencionado acima, merece destaque a realização do VI Fórum Nacional de Certificação Digital – CERTFORUM, que em 2008 foi realizado em duas etapas: uma primeira, em São Paulo/SP, no dia 14 de agosto, com a participação de mais de 600 pessoas; e uma segunda, em Brasília/DF, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, com a participação de mais de 1.300 pessoas. Tal audiência representa um aumento significativo no interesse pela certificação digital ICP-Brasil, fruto do trabalho intensivo de “evangelização” acerca da tecnologia desenvolvido pelo Instituto.

Quanto à ampliação da infra-estrutura propriamente dita, houve um significativo incremento na quantidade de certificados emitidos no exercício de 2008. As atividades de auditoria e fiscalização em ACs e ARs, superaram a meta prevista em 41%, ao previsto para 2008.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira continuou se consolidando de forma expressiva em 2008, merecendo destaque as seguintes ações:

a) continuidade da modernização do Judiciário, amparada pela Lei 11.419, de 19.12.2006, que regulamentou a informatização dos processos judiciais, o que está facilitando o trabalho dos juízes de todo o País, que podem utilizar a versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando tempo e papel;

b) ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e), uma parceria da Receita Federal do Brasil com as Secretarias de Receita estaduais, que fornece ao contribuinte uma forma prática, segura e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais. Neste ano foram emitidas mais de 69 milhões de notas fiscais eletrônicas, representando mais de 1,5 trilhão de reais transacionados. Hoje, onze setores econômicos brasileiros estão obrigados a emitir notas fiscais eletrônicas. Os resultados diretos e indiretos para o País, podem ser um dos itens fundamentais para alavancar a economia brasileira.

O ambiente da AC-Raiz, administrado pelo ITI, de grande criticidade, esteve em funcionamento ao longo do ano em 100% do tempo, atendendo aos padrões definidos nos normativos da ICP-Brasil.



Em junho de 2008, concretizou-se um marco importante relacionado ao Programa João de Barro, com o desenvolvimento de sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria. Uma primeira versão da plataforma desenvolvida foi colocada em produção pelo ITI. O sucesso desta iniciativa já trouxe benefícios para a Administração Pública Federal brasileira ao ser disponibilizada gratuitamente e também colocada em produção na Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil. Outras entidades federais já se manifestaram no sentido de adotar a mesma solução, caso do SERPRO. O programa, além do interesse direto na utilização dos produtos desenvolvidos, visa incentivar a indústria nacional e formar massa crítica de conhecimento no País acerca de segurança e certificação digital.

O ITI deu continuidade em suas ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades. Destacamos o trabalho desenvolvido em colaboração com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar de criação do padrão de assinaturas digitais da ICP-Brasil, aprovado na última reunião do ano, dia 16 de dezembro, do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Tal padrão propiciará a garantia de validade e interoperabilidade de assinaturas digitais postadas em documentos e transações eletrônicas a longo prazo, fato de extrema relevância, na medida em que, cada dia, mais e mais documentos e transações eletrônicas assinadas digitalmente são realizadas no País.

Em 2008 demos continuidade ao Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital, que tem a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. O ITI, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 22 de outubro de 2008, tornou obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2011, a homologação dos dispositivos de hardware utilizados na certificação digital ICP-Brasil.

Inclusão Digital

O Projeto Casa Brasil é uma iniciativa governamental que tem como meta implantar um conjunto de unidades operacionais para inclusão digital e social. As unidades Casa Brasil estão sendo implantadas em todo o território nacional, em localidades de baixo IDH, em parceria com organizações selecionadas dentre ONG, Fundações, OSCIP, Prefeituras, Universidades e Governos Estaduais.

Após sua fase inicial de estruturação, na qual o ITI exerceu o papel de Secretaria Executiva, o Projeto Casa Brasil será integralmente administrado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Atualmente o ITI ainda exerce a Secretaria Executiva do Comitê Gestor Executivo do Projeto Casa Brasil, conforme instituído em Decreto Presidencial de 10.03.2005. Esta situação deve alterar-se quando publicado um novo Decreto Presidencial alterando a governança da Casa Brasil. Durante o tempo que atuou como Secretaria Executiva, o ITI exerceu suas funções no desenvolvimento institucional do projeto, através de articulação com os Ministérios das Comunicações, Cultura e Ciência e Tecnologia, Planejamento e Presidência da República.



Software Livre

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento – CDTC, e uma parceria entre o ITI e a Universidade de Brasília (UNB) e tem como objetivo promover a difusão e o compartilhamento de conhecimento, especialmente na área de tecnologia da informação e de software livre, na educação de servidores públicos e cidadão em geral, por meio de cursos à distância.

Este projeto considera que os recursos disponibilizados serão de intenso impacto social, ampliando as liberdades individuais com o acesso da tecnologia pela sociedade. Considera também que esses recursos permitem que a economia dos gastos despendidos anualmente em licenças proprietárias de softwares garanta o aquecimento de um mercado emergente e facilite o acesso e a apropriação tecnológica pelo próprio mercado nacional.

Em 2008 o CDTC realizou 1.392 turmas para os servidores públicos, 1.474 turmas para o cidadão em geral, atendendo 53.331.

2. Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração – CGPOA

À Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração compete planejar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa – SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, de Serviços Gerais – SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira, no âmbito do ITI.

2. 1. Dotação orçamentária

O Órgão contou, no exercício de 2008, com uma dotação orçamentária de R\$ 16.293.609 (dezesseis milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e nove reais), distribuídos pelos seguintes grupos de despesas: Pessoal = R\$ 3.401.420 (três milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e vinte reais) – 20,87%; Custeio = R\$ 11.887.189 (onze milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais) – 72,96% e Investimentos = R\$ 1.005.000 (Hum milhão e cinco mil reais) – 6,17%. Deste total, em função do contingenciamento e limitação de créditos nos grupos “Outras Despesas Correntes e Investimentos”, o órgão só contou com R\$ 11.301.463 (onze milhões, trezentos e um mil e quatrocentos e sessenta e três reais) – Sendo 93,80% para despesas correntes e 6,20% para Investimentos.

Assim, encontravam-se disponíveis para movimentação e empenho o total de R\$ 11.301.463 (onze milhões, trezentos e um mil e quatrocentos e sessenta e três reais), excluindo a dotação existente para o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais, uma vez que não incide



sobre ela qualquer restrição, ou seja foi autorizado a movimentação somente de 87,66% da Dotação do órgão.

Dos recursos financeiros, foi fixado como limite para pagamento, inclusive Restos a Pagar de 2007, o valor de R\$ 15.776.663 (quinze milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais). Nesse aspecto, podemos considerar satisfatório o limite financeiro fixado para o exercício de 2008.

2.2 - Execução Orçamentária nas Ações sob responsabilidade da CGPOA

Aspectos Orçamentários e Financeiros – (incluso receita Própria) - R\$ 1,00

Grupo de Despesa	Dotação	Limite Orçamentário	Empenhado	Liquidado
Pessoal	3.401.420	0,00	188.697	3.359.739
Custeio	11.887.189	10.601.244	9.764.243	9.457.801
Investimentos	1.005.000	700.219	671.730	234.588
TOTAL	16.293.609	11.301.463	10.624.670	13.052.128

Execução Orçamentária – Demonstrativo de gastos de 2006 a 2008 - R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
Passagens	336.602	157.460	112.452
Diárias	147.158	116.938	64.519
Ressarc. Despesas viagem	546	131	500
Apoio Adm. Terceirizados	1.104.419	1.444.547	1.459.273
Limpeza e Conservação	73.149	74.000	77.217
Vigilância	288.600	381.577	573.777
Copa e cozinha	57.479	60.000	62.936



TOTAL	2.007.953	2.234.653	2.350.674
--------------	------------------	------------------	------------------

2.3 – Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticas

2.3.1 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Foi projetado um acréscimo na previsão financeira, para possíveis aumento no quadro de servidores requisitados para o ITI, além de reajustamento dos valores comissionados.

Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0	0	28.989	12.306

2.3.2 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

O quadro de servidores deste ITI é composto basicamente por terceirizados, requisitados e comissionados. Destes, quase todos os comissionados optaram por pagar assistência médica particular e todos os requisitados optaram pela assistência médica no órgão de origem, portanto, a execução física e financeira nesta ação ficou abaixo do esperado.

Metas Físicas (pessoa beneficiada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
8	4	4.275	1.888

2.3.3 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

O orçamento desta ação foi elaborado em meados de 2007, quando a previsão era a de 2 crianças atendidas, porém, no decorrer daquele período até a efetiva execução, por conta de fatores supervenientes, tal previsão não se consolidou.

Metas Físicas (criança de 0 a 6 anos atendida/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2	1	2.280	855

2.3.4 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

O quadro de servidores deste ITI é composto basicamente por terceirizados, requisitados e comissionados. Destes, muitos comissionados/requisitados optaram por receber



auxílio-transporte no órgão de origem, daí a execução física e financeira ter ficado abaixo do esperado.

Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
18	6	22.777	4.226

2.3.5 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

A execução física desta ação ficou dentro do esperado.

Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
22	19	42.100	36.193

2.3.6 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A execução físico e financeira desta ação ficou um pouco abaixo do esperado, visto que as proposições para encaminhamento de servidores para treinamento, a cargo de cada área, ou não obtiveram êxito junto às chefias ou não foram propostas.

Metas Físicas (servidor capacitado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
80	17	72.000	24.398

2.3.7 - Gestão e Administração do Programa

Nesta ação procuramos apropriar todas as despesas administrativas necessárias ao bom andamento do programa, que não possam ser apropriadas especificamente em nenhuma ação finalística. A execução financeira desta atendeu nossas necessidades básicas, considerando que utilizamos 96% de nosso orçamento e quase 100% de nosso limite para movimentação e empenho disponível.



Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
X	X	8.334.187	8.034.729

5.3.8 - Capacitação Técnica em Certificação Digital

Não foi possível a realização de treinamentos, devido a escassa oferta de cursos técnicos, além da disponibilidade dos servidores, na época, para participar dos eventos oferecidos.

Metas Físicas (pessoa capacitada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
300	0	135.000	0

2.3.9 - Publicidade de Utilidade Pública

A estimativa do custo para confecção de uma revista e um vídeo institucional, então de aproximadamente R\$ 135 mil, ao contratar ficou muito abaixo da estimativa, portanto a baixa execução financeira não afetou o resultado esperado desta ação.

Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0	0	135.000	58.979

2.4 - Reconhecimento de Passivos - no decorrer do exercício de 2008 não houve registros na conta 2.1.2.1.1.11.00 – Por insuficiência de créditos/recursos.

2.5 - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

Não ProcessadosR\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscritos no exercício	Inscrição exercícios anteriores	Cancelados	Pagos	A pagar
------------------	------------------------	---------------------------------	------------	-------	---------



2006	1.460.722	0	636.198	824.524	0
2007	3.613.499	0	320.215	3.220.197	73.087
2008	1.664.787	73.087	334.734	1.323.788	79.352

Destaca-se que o saldo de Restos a Pagar a Liquidar refere-se algumas pendências por parte de nossos fornecedores, que impediram a liquidação por esta Autarquia, de despesas correspondentes.

Processados - R\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscrito	Cancelados	Pagos	A pagar
2006	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
2008	53.041	0	0	53.041

2.6 - Transferências Orçamentárias e Financeiras (Convênios e TDC).....R\$ 1,00

Tipo	Favorecido	Processo nº	Objeto	Orçamentário	Financeiro
TDC nº 06/2007	Fundação Universidade de Brasília - FUBRA 00.038.174/0001-43	00100.000340/2007-97	Projeto CDTC	340.000	340.000
TDC nº 04/2007	Universidade. Federal de Santa Catarina - UFSC	00100.000200/2007-19	Ambiente Seguro da UFSC- Projeto João de Barro	343.000	343.000
	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT	00100.000105/2008-04	9º Fórum Internacion	25.000	25.000



– 01.263.896/0001-64		al (FISL)		
TOTAL			708.000	708.000

2.7– Entidades Fechadas de Previdência Complementar – O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não possui entidades fechadas de previdência complementar .

2.8 – Projetos e Programas Financiados com Recursos Externo – No decorrer do exercício de 2008, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não contemplou com recursos externos.

2.9 - Renúncia Tributária – Não houve qualquer tipo dessa natureza, no âmbito deste Instituto.

2. – Declaração do gestor sobre a regularidade dos beneficiários – este item não se aplica a este Instituto.

2.11 - Despesas com Cartões de Crédito Corporativo..... R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
Saque	2.311	8.076	1.780
Fatura	847	1.968	553
GRU	(7)	(1.386)	(32)
TOTAL	3.151	8.658	2.301

2.12- Resumo Consolidado da Execução por Ação, inclusive Restos a Pagar).....R\$ 1,00

AÇÃO	PREVISTO	EMPENHADO LIQUIDADO
Gestão e Administração	4.961.756	4.656.074



Fiscalização e Auditoria	290.000	132.464
Funcionamento da Autoridade Certificadora	5.850.000	5.565.165
Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas	477.000	358.988
Desenvolvimento e Implant. Criptossistemas	900.000	347.904
Capacitação de Servidores	72.000	24.397
Capacitação Técnica em Certificação	135.000	0
Publicidade de Utilidade Pública	135.000	58.979
Assistência Médica e Odontológica	4.275	1.888
Auxílio Alimentação	42.100	36.189
Auxílio Transporte	22.777	4.226
Assistência pré-escolar	2.280	855
TOTAL	12.892.188	11.187.129

2.13- Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Por ocasião da Auditoria de Avaliação de Gestão realizada nesta Autarquia pela Ciset/PR, foi recomendado por meio do Relatório nº 16/2008, providências no sentido de:

a) abster-se de realizar despesas por meio de termo de transferência de crédito quando o procedimento mais adequado enquadrar-se àquele disciplinado pela Lei nº 8.666/93, complementado pelo parágrafo Único do art. 26.

b) realizar gestão junto à Fundação Universidade de Brasília no sentido de obter planilha de custos dos serviços prestados ao ITI.

Quanto ao ponto “**Recomendações dos Órgãos de Controle Interno**”, a administração deste Instituto atendeu o item “b” e acatou a recomendação do item “a”, procurando evitar despesas dessa natureza.

2.14 – Cumprimento às determinações e recomendações do TCU

Em 2008 o TCU por meio da Acórdão nº 1201/2008-TCU – 2ª Câmara, determinou ao ITI que:



a) adote providências cabíveis com vistas a regularizar a entrega das declarações faltantes à Coordenação Geral de Pessoas – CGPOA/ITI, nos termos do art. 1º da lei nº 8.730/93 e inciso IV do art. 14 da IN/TCU nº 47/2004 (subitem 6.2.1 da instrução de fls. 419/452);

b) proceda o ressarcimento do pagamento de diárias efetuadas indevidamente ao colaborador a época, Edgard Leonardo Piccino, no valor de R\$ 3.755,31, correspondente às Ordens Bancárias de números 2005OB900466 e 2005OB900580, emitidas no exercício de 2005 (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452);

c) restrinja a convocação de colaboradores eventuais às situações em que, comprovadamente, não haja no quadro do ITI pessoal qualificado para o desempenho da atividade, seja por conta de sua natureza ou do nível de especialização exigido para bem desempenhá-la, fazendo constar nos processos relativos à concessão de diárias e passagens as peculiaridades de cada caso motivador da convocação de tais colaboradores (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452);

d) nos processos de concessão de diárias, faça constar justificativa específica em casos de afastamentos que se iniciam a partir da sexta-feira, bem como nos que incluem sábados, domingos e feriados, de acordo com o disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 5.992, de 19/12/2006, que substituiu o Decreto nº 343/1991, vigente à época (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452);

e) cumpra a normatização dos processos de concessão de diárias no âmbito do ITI, especialmente quanto à exigência, no prazo máximo de cinco dias contados do retorno da viagem, dos canhotos dos cartões de embarque, em conformidade ao art. 3º da Portaria 98/2003 do Ministério do Orçamento e Gestão (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452); e,

f) realize contratação de execução indireta de serviços baseada na prestação e remuneração mensuradas por resultados, sempre que esse modelo for compatível com os serviços necessários (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452).

As providências adotadas foram respondidas pelo Ofício nº 132/2008-GAB/ITI/PR, informando que todas as determinações contidas no citado Acórdão foram atendidas, com exceção quanto ao ressarcimento de diárias, que no mesmo documento foi solicitado uma revisão do procedimento determinado pelo TCU.

2.15 – Gestão de Pessoas

A força de trabalho do Instituto é composto por servidores requisitados e sem vínculo, além de pessoal terceirizado para o apoio administrativo e estagiários, conforme demonstrado no quadro a seguir, não tendo ocorrido atos de admissão e desligamento, bem como atos de aposentaria, reforma e pensão:



Servidores Requisitados	Servidores sem vínculo	Procurador Federal	Requisitados Decreto 4689/2003	Terceirizados Apoio Administrativo	Estagiários
24	15	02	02	37	07

Demonstrativo de Dispêndios com Pessoal

	Vantagens fixas	Obrigações patronais privada	Despesas variáveis	Obrigações patronais INSS	Requisitados	Total
JANEIRO	139.920,15	325,36	6.652,72	17.918,96		164.817,19
FEVEREIRO	133.133,66		1.161,64	16.667,59	74.937,72	225.900,61
MARÇO	124.417,36		523,70	16.731,11	87.788,16	229.460,33
ABRIL	132.645,47		5.403,75	17.343,48	107.606,38	262.999,08
MAIO	171.589,06		935,20	18.747,04	90.130,44	281.401,74
JUNHO	186.452,61	1.626,80	327,68	15.837,09	103.689,98	304.937,16
JULHO	146.492,73	325,36	4.620,84	17.305,92	103.692,26	272.437,11
AGOSTO	130.900,61	325,36	4.273,89	17.016,04	84.670,12	237.186,02
SETEMBRO	145.649,34	325,36	385,26	18.120,94	98.502,70	262.983,10
OUTUBRO	143.825,51	325,36	4.025,06	18.333,16	102.295,03	268.804,12
NOVEMBRO	224.076,73	325,36	2.689,08	31.990,44	102.621,74	361.703,35
DEZEMBRO	192.964,97	325,36]	1.279,01	19.526,03	270.017,04	484.112,41
TOTAL	1.872.068,20	3.904,32	32.277,83	225.537,80	1.225.951,57	3.359.739,72

2.16 - Processos disciplinares e instauração de Tomada de Conta Especial - Em 2008 não ocorreu, no âmbito deste Instituto, abertura de processos dessas naturezas.

2.17 - Licitações

Por questões de eficiência e economicidade, este Instituto tem priorizado a modalidade de Pregão em suas licitações. No exercício de 2008 foram promovidos dezesseis



procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, oito adesões a Registro de Preços. Porém, nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços e Convite não foi realizado nenhum procedimento licitatório. Houve 34 trinta e quatro Dispensas de Licitação, com fundamento no Art. 24, da Lei 8.666/93, e uma Inexigibilidade.

Cabe registrar que o pregão eletrônico é a modalidade de compra da Administração Pública Brasileira mais utilizada e mais bem sucedida atualmente, seja pela redução nos custos dos bens e serviços comuns adquiridos, seja pela agilidade e simplificação dos procedimentos licitatórios. Outra vantagem na utilização desta modalidade de licitação é a redução dos custos operacionais para o fornecedor, bem como a possibilidade de se ampliar a concorrência, uma vez que permite a participação dos pequenos fornecedores aumento a oferta e conseqüentemente barateando dos preços.

2.18 – Gestão de Serviços Gerais, Patrimônio e Material

O exercício de 2008 caracterizou-se como um ano de reformulação e melhoria nos controles de utilização de serviços gerais, patrimônio e material, tais como locação de veículos, utilização de fotocopiadoras, recebimento e distribuição de periódicos, fornecimento de água mineral e uso de energia elétrica e telefonia mediante medições periódicas do consumo e apuração de pontos fora do padrão. A Autarquia conta com segurança terceirizada que é composta por 05(cinco) postos de serviço de segurança armada, de domingo a segunda, 24h/dia, sendo 03(três) nas instalações do ITI no Edifício VARIG e 02(duas) no Anexo III no Palácio do Planalto, área de sigilo “Sala Cofre”.

O ITI conta com o apoio administrativo de pessoal terceirizado de 37 (trinta e sete) pessoas que compõem os contratos gerenciados pela área logística, além de contratos de segurança, copeiragem, limpeza e conservação.

A gestão patrimonial é realizada por meio de um sistema informatizado que cadastra, controla e acompanha a localização dos seus bens patrimoniais, bem como toda a movimentação de entrada e saída, sendo atribuídas responsabilidades aos servidores quanto à guarda e conservação destes bens.

O Serviço de Almojarifado desenvolveu, durante o ano de 2008, atividades de conferência, recebimento, armazenagem, controle e distribuição dos bens de consumo necessários a todos os setores do ITI. Apesar da já sinalizada necessidade de informatização, os controles são manuais, por meio de fichas, nas quais são registradas a movimentação de todo o material de estoque desta Autarquia, bem como o consumo das unidades.

No ano de 2008 foram adquiridos diversos equipamentos e materiais que contribuíram para adequação das instalações deste Instituto. A gestão patrimonial é realizada por meio de um sistema informatizado que cadastra, controla e acompanha a localização dos seus bens patrimoniais, bem como toda a movimentação de entrada e saída, sendo atribuídas responsabilidades aos servidores quanto à guarda e conservação destes bens.

2.19 - Diárias e Passagens Aéreas



Com relação aos gastos com diárias e passagens, merece destaque a consolidação no ITI do **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP** (<https://www.scdp.gov.br>), desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e o SERPRO.

Este Sistema não só viabiliza, como facilita a administração das solicitações e pagamentos de diárias e passagens, possibilitando que as requisições sejam feitas por meio de terminais eletrônicos, observando nas pesquisas, aquelas com tarifa de menor valor, visando a economicidade para o ITI, e diminuindo o tempo de emissão, além do melhorando das condições de atendimento e consulta dos usuários.

No exercício de 2008, foram emitidas 111 PCDPs (proposta de Concessão de diárias e Passagens), a servidores/Colaboradores/Convidados, sendo gastos os valores de R\$ 111.487,13 (cento e onze mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e treze centavos), com passagens aéreas e R\$ 65.987,42 (sessenta e cinco mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos), com diárias. Do total informado foram concedidas 12 PCDPs iniciando ou incluindo fins de semana e feriados, devidamente justificadas, uma vez que foram motivadas por tratar-se de eventos realizados em finais de semana. Maiores detalhamentos quanto ao resultado da viagem e a sua motivação, poderão ser obtidos pela prestação de contas dos propostos, registrado no sistema da concessão de diárias, site: www.scdp.gov.br.

2.20 – Controle Interno e Contabilidade

Em conformidade com o que estabelece a legislação sobre a contabilidade da União, os trabalhos desenvolvidos neste Instituto, ocorreram de acordo com as determinações, preceitos e normas contábeis existentes.

No transcorrer deste exercício, a execução orçamentária e financeira ocorreu dentro do estipulado na proposta orçamentária e financeira, seguindo o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano de Contas da União e legislação vigente.

O acompanhamento da execução da despesa contou com processos administrativos de despesas, que são analisados e arquivados pela contabilidade, além da verificação de balancetes, balanços e demais demonstrações financeiras extraídos do SIAFI, visando orientar e prestar assistência aos gestores públicos e ordenadores de despesas, bem como responsáveis por bens, direitos e obrigações, quanto a regular aplicação dos bens da União.

Procurou-se desenvolver os trabalhos sempre dentro da ética, focando na transparência, buscando a eficácia, respeitando as normas, competências e atribuições definidas pelo Decreto nº 3.589/2000.

A Estrutura Regimental atual do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não foi contemplada com a Unidade de Auditoria Interna, tendo sido desempenhada por auditor interno designado em conformidade com o parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 3.591/2000.

Em cumprimento a IN/CGU nº 09/2007 e IN/CGU nº 01/2007, a Unidade de Auditoria Interna, do ITI, elaborou o Plano Anual de Auditoria Interna-PAINT/2008,



estabelecendo a programação de realização de auditoria.

As auditorias internas realizadas no decorrer do exercício de 2008 foram as seguintes:

Atividades desempenhadas na Auditoria Interna		Período
Auditorias Realizadas	Exame de concessão e pagamento de Auxílio Moradia	10 a 12/03/2008
	Exame da contratação de prestação de serviços de vigilância armada	12 a 20/05/2008
	Exame de contratação da locação de veículos	12 a 20/06/2008
	Exame de processos licitatórios	02 a 06/06/2008
	Exame de concessão de Diárias e Passagens	10 a 13/11/2008
Outras atividades	Atendimento às equipes de Auditoria da Ciset/PR	abril e setembro/08
	Relacionamento e informações prestadas à Ciset/PR	esporádico
	Elaboração do PAINTE/2009	novembro/2008
	Elaboração do RAINTE/2008	janeiro/2008

3. Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC

Este projeto, em sua ação de qualificação, realizou 1.392 turmas para servidores públicos, atendendo a 25.738 funcionários que ocuparam 125.817 vagas em cursos.

As despesas realizadas pelo CDTC no decorrer de 2008, às expensas do ITI, foram da ordem de R\$ 340.000,00. Se dividirmos o valor total da despesa do projeto pelo número de pessoas cadastradas nos sites do CDTC (53.331), poderemos observar que o valor de R\$ 6,37 (custo por aluno) é extremamente baixo para tamanho alcance do projeto. Se os mesmos R\$ 340.000,00 forem divididos pela quantidade de vagas em curso, poderemos observar que o valor de R\$ 1,44 torna bastante factível a ação institucional do ITI para com a disseminação do conhecimento, elevando o nível médio de conhecimento tecnológico pelos servidores públicos e do cidadão em geral. Até o final de 2009 o CDTC disponibilizará a adequação de 10 sistemas livres para utilizarem certificação digital, ampliando assim o acesso a tecnologia, a qual e de responsabilidade da instituição em âmbito nacional (coordenação ICP/Brasil).

3.1 - Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto

Esta ação do ITI desenvolve sistemas e programas em código aberto, liberando



para o uso público, em licenças livres. Houve um percentual razoável da execução das metas físicas, com a adequada utilização financeira, além disto, foram atendidos muitos usuários de software livre (mais de 26 mil) e grande oferta de cursos (mais de 100 mil vagas).

Metas Físicas (sistema desenvolvido beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO
10	4	477.000	358.988

4. Projeto Casa Brasil

O Projeto Casa Brasil é uma iniciativa governamental que implantou 75 unidades operacionais para inclusão digital e social, para desenvolver e avaliar práticas que estão servindo de base para a formulação de uma política pública para essa área. As unidades Casa Brasil foram implantadas em todo o território nacional, **necessariamente** em localidades de baixo IDH, em parceria com organizações denominadas “parceiros estratégicos”, selecionadas dentre proponentes das categorias ONGs, Fundações, OSCIPs, Prefeituras, Universidades e Governos Estaduais.

Foram selecionados noventa dentre cerca de 220 proponentes que atenderam ao edital do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq de âmbito nacional, em outubro de 2005. Os proponentes receberam mobiliários e equipamentos para a montagem dos módulos da unidade, recursos de custeio para cobertura de custos operacionais durante dois anos (vinte e quatro mil reais), adequação do ambiente aos padrões definidos pelo projeto (vinte mil reais) e remuneração para seis bolsistas atuarem nas unidades durante o primeiro ano de operação. Em contrapartida, os parceiros estratégicos complementaram os recursos necessários para a instalação da unidade e promover alternativas de sustentabilidade por mais dois anos após o término do ano inicial de funcionamento.

Os principais preceitos do Projeto Casa Brasil são: acesso universal, livre e irrestrito, utilização exclusiva de software livre de código aberto, gratuidade de uso, gestão comunitária participativa, respeito e incentivo às expressões artísticas e culturais das localidades atendidas, garantia de acesso a grupos portadores de necessidades especiais e combate a preconceitos de qualquer natureza. A filosofia em que se baseia o Projeto preconiza a valorização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs e a consciência crítica sobre o seu papel social. Isso deve se dar por intermédio do uso das TICs para expressão de produção cultural, científica e tecnológica, construção coletiva e compartilhamento do conhecimento, aprendizagem colaborativa e fortalecimento de redes de comunicação.

O Projeto é gerido por um Comitê Gestor e um Comitê Executivo. A Secretaria Executiva do Projeto é exercida pelo ITI, que também abriga a Coordenação Nacional. São parceiras do Projeto e têm assento nos comitês gestores as seguintes instituições: Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e de Gestão Estratégica da



Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Serviço Federal de Processamento de Dados, Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e Petróleo Brasileiro S.A.

Ao final de 2008 estão em funcionamento 75 unidades, realizando a cerca de 260.000 atendimentos ao mês, ofertando à população cursos, oficinas, palestras, atividades culturais e oportunidades de ampliação do conhecimento tecnológico. As unidades possuem um conselho gestor comunitário, que realiza a gestão compartilhada da unidade. Os equipamentos funcionam todos com Software Livre, estimulando a apropriação tecnológica.

O Projeto Casa Brasil oferece a seus agentes bolsas de extensão e de desenvolvimento tecnológico e industrial, e formação continuada durante o período que durar a bolsa. Desenvolveu e adaptou ferramentas para viabilizar processos de gestão, comunicação, formação e avaliação – e para dar suporte à atuação e à formação de seus bolsistas em todo o país. Por isso, o Governo Federal conta com a experiência do Casa Brasil para a estruturação de uma Política Pública de Inclusão Digital.'

5. Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA

A Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA, compete dirigir a operação da AC Raiz, orientar a elaboração de normas e procedimentos operacionais da AC Raiz e da Segurança da Informação, propor a contratação de projetos relativos à operacionalização da AC Raiz e coordenar e executar a emissão do certificado para as AC de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP – Brasil.

Na execução das ações do orçamento deste Instituto, conforme Portaria da Casa Civil nº 779, de 11 de dezembro de 2006, a DINFRA foi a unidade administrativa responsável pelas seguintes ações orçamentárias:

- Operacionalização da Certificação Digital – Infra Estrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil;
- Desenvolvimento de Criptossistemas em Código Aberto.

Ao longo do exercício de 2008, a Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA, desenvolveu suas atividades alinhadas pelas diretrizes de popularização e massificação da certificação digital do Plano Estratégico do Instituto. Nesse sentido, suas ações buscaram a manutenção e ampliação da cadeia de confiança da ICP-Brasil. Nesse sentido, suas ações representaram o esforço na busca da ampliação da cadeia de entidades credenciadas à ICP-Brasil, no fomento à disponibilização de novas aplicações e na constante sensibilização da sociedade brasileira para os benefícios do uso da certificação digital ICP-Brasil para o país.

A DINFRA planejou suas ações e atividades alinhadas aos programas do governo federal que são referência as suas áreas de atuação, tendo estabelecido prioridades para disseminar o uso da certificação digital na Administração Pública e em conjunto com a



sociedade brasileira, obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação, tendo como alvo os usuários de sistemas informatizados privados, públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, para o desenvolvimento da ICP-Brasil, e a independência de fornecedores, mediante a utilização de hardware e software criptográficos plenamente auditáveis, bem como, a operação e administração de ambientes seguros da alta disponibilidade.

Foram realizadas várias atividades que contribuíram para a consolidação do sistema nacional de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil. É importante observar que o ano de 2008, a meta física nesta ação foi mensurada, por “certificado emitido/unidade” pelas Autoridades Certificadoras. Foram realizadas várias ações que contribuíram para a consolidação da certificação digital ICP-Brasil, dentre os quais destacam-se:

5.1 – Operacionalização da Certificação Digital

AC-CAIXA (13.407), AC-CERTISIGN(4.632), AC-IMESP(1), AC-JUS(5.279), AC-PR(303), AC-RAIZ(9), AC-RFB(159.027), AC-SERASA(8.672), AC-SERPRO(12.301), perfazendo um total de 203.631 certificados emitidos no âmbito da ICP-Brasil

Com 8 (oito) renovações das Autoridades Certificadoras AC-CAIXA, AC-CERTISIGN, AC-IMESP, AC-JUS, AC-PR, AC-RAIZ, AC-RFB, AC-SERASA, AC-SERPRO pela AC-Raiz respectivamente da ICP-Brasil.

Emitiu-se 12 Lista de Certificados Revogados -LCR.

Metas Físicas		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Certificado emitido/unidade		Certificado emitido/unidade	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
300,000	203.631	1.600.000,00	1.600.000,00

5.2 - Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital

O Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 21 de outubro de 2004, aprovou por meio da Resolução nº 36, o regulamento para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil. E, delegou ao ITI, a responsabilidade pela condução dos processos de homologação.

Desenvolveu-se os MCTs volume X e XI, que trata da especificação de requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade, procedimentos de ensaios e dos materiais que devem ser atendidos e entregues junto com os dispositivos passíveis de homologação, para cartões



inteligentes, tokens criptográficos e leitoras de cartões inteligentes. Publicou-se para consulta pública as Normas para Sistemas de Carimbo de Tempo e Sincronismo e Autoridades Certificadora e de Registro.

Atualizou-se os Manuais de Condutas Técnicas (MCTs) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, bem como, os seus respectivos volumes I e II, que tratam dos sistemas de assinatura, autenticação, sigilo, carimbo de tempo e sincronismo de tempo, autoridade certificadora e registro e biblioteca criptográfica, respectivamente.

Metas Físicas		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
MCTs e Normas/unidade		MCTs e Normas/unidade	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
11	11	1.518.750,00	1.518.750,00

O ITI homologou 2(dois) dispositivos, sendo 1(um) do tipo cartão inteligente e 1(um) do tipo; leitora de cartão inteligente. E continuou-se realizando 10(dez) ensaios de avaliação de conformidade, nesse processo gerou-se vários relatórios de análise qualitativa, contendo os resultados obtidos durante o teste de bancada que subsidiaram os ensaios de avaliação de conformidade e posterior emissão do laudo de conformidade.

Metas Físicas		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Sistema ou Equipamento homologado/unidade		Sistema ou Equipamento homologado/unidade	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
12	12	2.081.250,00	2.081.250,00

5.3 – Desenvolvimento e Implementação do Criptossistemas da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil

O baixo índice de execução física teve como principal causa a indisponibilidade do projeto de hardware (MSC – Módulo de Segurança Criptográfica), para fins de integração com o projeto de software (SGC – Sistema de Gerência de Certificados).

Metas Físicas (Sistema Implantado/ % de execução física)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado



Metas Físicas (Sistema Implantado/ % de execução física)		Metas Financeiras (Em R\$ 1,00)	
40	15	900.000	347.903

5.4 - Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil

Nesta ação a execução física ficou um pouco abaixo do esperado, pois com o fato da AC Raiz ter migrado para uma nova plataforma, a partir de junho/08, plenamente auditável, as autoridades certificadoras de 1º nível normativas, solicitaram evoluções nesta nova plataforma que viessem a suportar as funcionalidades das novas aplicações, evoluções estas que, até o presente momento, estão em fase de conclusão. É importante observar que o ano de 2007 foi o último em que a meta física nesta ação foi “certificado emitido/unidade” para usuário final, pois havia dificuldades enormes na obtenção destes dados. Já em 2008, a meta nesta ação deverá ser melhor mensurada, passando a ser “certificado emitido/unidade” para Autoridade Certificadora.

Metas Físicas (Certificado emitido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
7	5	5.850.001	5.565.165

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

5.7 - Apoio à Formação Especializada Superior em Certificação Digital ICP-Brasil

As parcerias do ITI com as Universidades Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, tendem a resultar em criação dos cursos em questão, no entanto, o estágio inicial atingido pelo projeto João de Barro (desenvolvimento da certificação digital com tecnologia nacional), ainda não resultou nos referidos cursos.

Metas Físicas (Curso produzido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2	0	0	0

5.8 - Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP-Brasil no âmbito do Setor Público

O esboço do NAC (núcleo de Aplicação em Certificação Digital) foi concluído em



2008 e prevê a implantação da certificação digital pela UGRGS, no Governo do Rio Grande do Sul.

Metas Físicas (Projeto decidido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2	1	0	0

6. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN

A ICP-Brasil foi criada com o objetivo de regulamentar a utilização de Certificação Digital no País. Nas raízes de sua criação encontramos um conjunto de normas e padrões que visam, além de permitir a compatibilidade entre os certificados de diversas origens, prover um nível de segurança compatível com padrões internacionalmente aplicados.

Assim sendo, a estratégia adotada para auditoria nas entidades que compõe a ICP-Brasil assume um papel relevante, pois contribui para o atingimento desses padrões.

As atividades das entidades integrantes da ICP-Brasil estão associadas ao conceito de confiança. O processo de fiscalização e auditoria periódica representa um dos instrumentos que eleva a percepção e transmite confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil.

Neste contexto, a DAFN conta, formalmente, com uma estrutura hierárquica composta de duas Coordenações: a) Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização; e b) Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa.

Durante o ano de 2008, a DAFN realizou as seguintes atividades:

- Fiscalização em entidades da ICP-Brasil;
- Auditoria Operacional nas Autoridades Certificadoras de 1º nível;
- Auditoria Pré-Operacional nas Autoridades Certificadoras de 1º e 2º níveis;
- Credenciamentos em rito sumário de AR e de novas Instalações Técnicas de AR's;
- Avaliação e aprovação de Planos de Auditoria Independente para credenciamento de Autoridades de Registro;
- Avaliação e aprovação dos Relatórios de Auditorias Independentes em processos de credenciamento de Autoridade de Registro;
- Análise de documentação técnica das AC (PC e DPC)
- Treinamento e capacitação técnica dos auditores e fiscais;
- Manutenção do laboratório de auditoria, para suporte às atividades da **DAFN**;



-Manutenção da base de dados contendo informações sobre entidades credenciadas e em credenciamento na ICP-Brasil.

Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação - PSC, é feita a verificação do cumprimento das regras definidas pelo Comitê de Gestor da ICP Brasil. Essas ações são divididas em auditorias pré-operacionais e operacionais, fiscalizações e análise de documentação técnica que juntas elevam a qualidade e os níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos PSC.

Descrição dos objetivos e metas - no exercício de 2008 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da DAFN e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

Atividades de Auditoria e Fiscalização	Unidades Controladas
Auditoria Operacional em AC's	5
Fiscalizações em AC's e AR's	20
Auditoria Pré-Operacional de AC's	1
Auditoria Pré-Operacional de AR's	35
Avaliação e Aprovação de Planos e Análise de Relatórios de Auditorias Operacionais	25
TOTAL	86

As auditorias pré-operacionais em AC de 1º nível, AC de 2º nível, AR e PSS são realizadas sob demanda, conforme são solicitados os credenciamentos desses PSC na ICP-Brasil, já as auditorias operacionais anuais em AC de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral.

6.1 - Resultados das Fiscalizações e Auditorias dos PSC

Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados

Tipo de Atividade(a)	Previsto(B)	Realizado(C)	(C/B)
Auditoria Operacional em AC's	5	8	160%
Fiscalizações em AC's e AR's	20	25	125%



Tipo de Atividade(a)	Previsto(B)	Realizado(C)	(C/B)
Auditoria Pré-Operacional de AC's	1	1	100%
Auditoria Pré-Operacional de AR's	35	50	142%
Avaliação e Aprovação de Planos e Análise de Relatórios de Auditorias Operacionais	25	38	152%
Total	86	122	141%

As auditorias e fiscalizações têm contribuído para manter a qualidade dos serviços e processos realizados na ICP-Brasil e para melhorar os patamares de atuação dos PSC. Como resultados das ações de auditoria e fiscalizações detectamos e foram corrigidas muitos tipos de não conformidades:

Em diversos casos as constatações e recomendações de auditoria foram suficientes para evitar problemas graves, sendo que as devidas correções ocorreram durante as verificações da auditoria.

6.2 – Resultados das Fiscalizações e Autorias dos PSC's

Foram realizadas 25 fiscalizações em **PSC's**, dentre elas AC's de 1º e 2º níveis, AR's e Instalações Técnicas como forma de aumentar a eficiência no cumprimento das metas estabelecidas, 80% do total de Fiscalizações foram realizadas à distância permitindo a redução nos gastos com deslocamentos além de reduzir o esforço humano na realização da atividade.

Foram realizadas ainda 14 Auditorias Operacionais em AC's de segundo nível e 51 em AR's por empresas de auditoria independente cadastradas e autorizadas pela **DAFN**.

O significativo incremento na quantidade de certificados emitidos em 2008, na ordem de 70% em relação a 2007, impulsionados pela disponibilização de novas aplicações para os usuários de certificados, especialmente por iniciativa da Receita Federal do Brasil com implementação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital; cartórios e o comércio exterior certamente elevará o quantidade de transações com uso de certificados digitais em 2009.

O uso intenso de certificados digitais exigirá das Autoridades Certificadoras níveis cada vez mais elevados de segurança e disponibilidade de serviços, podendo com isso exigir do ITI mais esforço no sentido de aprimorar as ações de Fiscalização para o ano seguinte.

O reflexo do uso da certificação digital no dia a dia das empresas exigiu ação pró ativa da Fiscalização da **ICP Brasil**. Em função de denúncias de dificuldade de uso dos certificados em decorrência da indisponibilidade das LCR's emitidas por determinada AC levou a **DAFN** a realização de Fiscalização com o objetivo de apurar a denuncia e quando confirmada, a propor soluções.

A realização da Atividade de Fiscalização teve impacto positivo para o sistema **ICP- Brasil**. Esta atividade teve como foco a avaliação da disponibilidade de repositório das AC's, tendo como premissa básica a disponibilidade da LCR – Lista de Certificado Revogada. Foi identificada uma vulnerabilidade sistêmica, que foi corrigida através da regulamentação e implementação por todas as AC's integrantes da **ICP Brasil** com o acréscimo de mais dois pontos de distribuição das LCR's.

Esta implementação normalizou a utilização dos certificados digitais, principalmente das empresas envolvidas com a NF-e Nota Fiscal Eletrônica que estavam enfrentando dificuldades decorrentes da indisponibilidade da publicação das LCR's pelas AC's.

Durante o ano de 2008 ocorreu um acréscimo na quantidade de Prestadores de Serviços de Certificação - PSC's vinculados a **ICP-Brasil**, como descrito abaixo, especialmente as Autoridade de Registro , acarretando aumento das Atividades da Auditoria e Fiscalização, entretanto, não houve em contrapartida, modificação na disponibilidade de recursos humanos alocados na **DAFN**.

Evolução da ICP Brasil

Situação em 31.12.2008

Credenciamentos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total até 2007	2008	Acréscimo em 2007
Autoridades Certificadoras	10	5	2	5	7	4	33	34	3%
Autoridades de Registro	13	6	17	24	29	30	119	150	26%
Instalações Técnicas	54	129	33	292	532	47	1087	888*	-18%
Audidores Independentes	00	00	00	00	7	1	8	10	25%

Obs: Este número inclui as extinções de Instalações Técnicas e o encerramento de atividades no caso de Postos Provisórios.

Em 2008, segundo as Diretrizes e Metas estabelecidas, foi implementada no Laboratório de Auditoria - **Lab-Aud-ITI** a execução de atividades relacionada a Fiscalizações à Distância e a Tratamento de Grande Volume de Dados em relação aos certificados emitidos e as LCR's procedente das AC's auditadas.

6.3 - Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital

Metas Físicas (Relatório Elaborado /Unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
86	122	290.000	132.463

Nesta ação orçamentária, a execução financeira relativa ao orçamento de 2008 ficou abaixo do esperado. Porém, apesar da baixa execução financeira houve um desempenho na execução das metas físicas muito bom, visto que dentre as medidas adotadas para elevar a qualidade dos serviços prestados pelos PSC estão a aprovação pelo Comitê Gestor da ICP Brasil, por sugestão e iniciativa da DAFN, de revisão e aperfeiçoamento das Normas da ICP Brasil, em especial no que se refere à adoção de critérios mais claros para a auditoria e fiscalização, de forma a evitar e corrigir as não conformidades existentes nas Autoridades Certificadoras e Autoridades de Registro.

Essas alterações resultaram em um volume de atividades não previstas nas ações de auditoria e fiscalização, uma vez que implicaram em alterações nas Práticas e Políticas de certificação das AC. As atividades de conferência e aprovação desses documentos técnicos ocuparam quase um terço de toda a mão de obra disponível na DAFN e fizeram com que a estratégia de ação fosse adaptada, melhorando a eficiência na atuação da DAFN para que fossem atendidas as metas estabelecidas no PPA é até superadas.

Como consequência dessa mudança de estratégia houve uma considerável redução de gastos porque foram substituídas algumas viagens (gastos com diárias e passagens) por trabalhos internos e principalmente por fiscalizações à distância.

Essas ações só foram possíveis porque no ano anterior foram criadas condições com a adoção de procedimentos automatizados de auditoria e fiscalização por meio de ferramentas como e-mail, script, assinaturas eletrônicas e substituição de documentos em papel por documentos eletrônicos.

Entendemos que as ações que a DAFN promoveu, em atendimento às atribuições da ICP-Brasil, no exercício de 2008 contribuíram sobremaneira para manter e elevar o padrão dos serviços e processos de certificação digital no Brasil.

O aumento da confiabilidade e segurança para os usuários da ICP-Brasil pôde ser constatado pelo aumento do número de usuários e pelas orientações que os integrantes da ICP-Brasil passam a seus usuários, mantendo, assim, a qualidade dos serviços e processos realizados na ICP Brasil.

6.4 - Outras Atividades

As autoridades de registro já credenciadas podem a qualquer tempo iniciar atividades operacionais em outros endereços de instalações técnicas ou postos provisórios, como



regulamentado pelo DOC ICP 03, desde que autorizados pelo ITI, bem como alterar seus regulamentos normativos. Essa autorização é realizada mediante análise efetuada pela DAFN que resultaram nos seguintes atividades:

Autorização de funcionamento de Posto Provisório	26
Análise de PC's e DPC's – Autoridades Certificadoras	30
Análise de pedido de descredenciamento	9
Análise de pedido de criação/extinção e alteração de Instalações Técnicas de AR's	46

6.5 - Auditorias Realizadas por Auditorias Independentes

As Auditorias Operacionais em AC's que não estejam imediatamente abaixo da **AC Raiz** são realizadas por empresas de Auditoria Independente, cadastradas junto ao **ITI**, e que também podem ser contratadas por estas AC's para realizar Auditorias Operacionais em AR's e PSS's.

As Auditorias Independentes também participaram do processo de credenciamento de AR's. Neste procedimento, a Solicitação de Credenciamento de AR é encaminhada à **DAFN** com um relatório da Auditoria Independente atestando a conformidade da entidade candidata. A **DAFN** analisa e verifica as condições para credenciamento da proponente, emitindo parecer.

Esses procedimentos visam descentralizar, de forma controlada, a realização das Auditorias na **ICP-Brasil**, uma vez que a quantidade de entidades credenciadas tende a crescer substancialmente, não sendo possível à **AC Raiz** Auditar diretamente todas elas devido à sua reduzida limitação de recursos humanos.

Em 2008 foram realizadas as seguintes atividades relacionadas a Auditorias Independentes:

Autorização de auditorias em AC's 2º nível	19
Análise de relatório de auditoria em AC's 2º nível	14
Autorização de auditoria em AR's	51
Análise de relatório de auditorias em AR's	30



Cadastramento de Auditorias Independentes ou Internas	5
Auditorias Pré-Operacionais em AR's	50

6.6 - Alteração de Normativos

A DAFN/CGAF ficou responsável pela análise, correção e aprovação das DPC's, PC's e PS's de todas as AC's de 1º e 2º níveis durante o ano de 2008 num total de 30 pareceres contemplando diversos documentos que foram analisados, corrigidos e aprovados conforme o quadro abaixo:

<i>Tipo de Documento</i>	<i>Quantidade 2008</i>
Declarações de Práticas de Certificação - DPC's	45
Políticas de Certificados – PC's	129
Políticas de Segurança - PS's	21

7. CONCLUSÃO:

No que se refere aos indicadores de gestão, sob os aspectos da aplicação da economia, eficiência e transparência visando, sobretudo o interesse público, a avaliação da gestão do presente exercício é satisfatória, haja vista os resultados alcançados.

Em relação ao Programa “Certificação Digital”, apresentamos no decorrer deste Relatório muitas realizações. Mais um ano se encerra e o ITI, no transcorrer de 2008, procurou dar estrito cumprimento às metas propostas dentro dos princípios formais vigentes na Administração Pública, bem como o aprimoramento e implementação de normas internas que refletissem o sucesso dos objetivos traçados e planejados.

Tendo como norte os princípios constitucionais da eficiência, eficácia e economicidade, procurou este Instituto, com a colaboração de todos os seus servidores, cumprir as metas que lhe foram atribuídas, apesar da falta de estrutura organizacional adequada e insuficiência de recursos humanos.

O ITI tem registrado no SIGPLAN, para acompanhamento do Programa 1109 - “Certificação Digital”, quatro indicadores:

1) “**Índice Nacional de Cobertura da ICP-Brasil**”, que é o número de municípios brasileiros atendidos por ao menos uma instalação técnica de Autoridade de Registro credenciada no âmbito da ICP-Brasil dividido pelo total de municípios brasileiros.

2) “**Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil**”, que é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de



direito privado formais) existentes no País.

3) “**Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil**”, que é o número de servidores e funcionários públicos federais usuários de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de servidores e funcionários públicos federais da ativa.

4) “**Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil**”, que é o número de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais).

Brasília, 29 de abril de 2009.

Renato da Silveira Martini
Diretor-Presidente

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 29 de abril de 2009

José Dornelas Batista
Contador – CRC/DF nº 7.089